

SERVIÇO SOCIAL E A MASCULINIDADE HEGEMÔNICA: ANÁLISE À LUZ DA TEORIA DA REPRODUÇÃO SOCIAL

Lisiane Pinto Correia

Orcid: <https://orcid.org/0009-0006-4411-7819>

Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria/RS - Brasil.
correia.lisiane@acad.ufsm.br

Laura Regina Câmara Maurício da Fonseca

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-6969-386X>

Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria/RS - Brasil.
laurafonseca.22@gmail.com

Recebido em: 24/04/2026

Aceito em: 04/05/2026

Resumo: O presente trabalho se propõe a investigar a relação entre o trabalho com homens autores de violência contra mulheres e a formação profissional da/do assistente social, à luz da Teoria da Reprodução Social e do feminismo marxiano. Trata-se de uma pesquisa qualitativa-exploratória, com base na teoria social crítica. O estudo evidenciou que a masculinidade violenta não é um fenômeno isolado, mas expressão estrutural das relações de gênero, classe e poder na sociabilidade capitalista, racista e patriarcal. Nesse contexto, o Serviço Social, enquanto profissão inserida no campo da reprodução social e marcada pela feminização e pelo cuidado, enfrenta o desafio de incorporar criticamente o debate sobre as masculinidades hegemônicas em sua formação e prática. As entidades representativas da categoria, como CFESS e ABEPSS, possuem papel estratégico na promoção desse debate, reafirmando o projeto ético-político profissional comprometido com a emancipação humana e a superação das opressões de gênero e classe. Conclui-se que a reflexão sobre a masculinidade violenta com base na Teoria da Reprodução Social, amplia o horizonte teórico e político da profissão, ao articular o enfrentamento da violência contra as mulheres com o compromisso histórico do Serviço Social, com a transformação social e a valorização da vida.

Palavras-chave: Patriarcado, Serviço Social; masculinidade hegemônica; reprodução social; feminismo marxista.

SOCIAL WORK AND HEGEMONIC MASCULINITY: AN ANALYSIS IN LIGHT OF THE THEORY OF SOCIAL REPRODUCTION

Abstract: The present study aims to investigate the relationship between work with men who perpetrate violence against women and the professional training of social workers, in light of Social Reproduction Theory and Marxist feminism. This is a qualitative-exploratory study, grounded in critical social theory. The study revealed that violent masculinity is not an isolated phenomenon, but rather a structural expression of gender, class, and power relations within capitalist, racist, and patriarchal social relations. In this context, Social Work, as a profession situated within the field of social reproduction and marked by feminization and care, faces the challenge of critically incorporating the debate on hegemonic masculinities into its education and practice. Representative organizations of the profession, such as CFESS and ABEPSS, play a strategic role in promoting this debate, reaffirming the profession's ethical-political project committed to human emancipation and the

overcoming of gender and class oppression. It is concluded that reflecting on violent masculinity based on Social Reproduction Theory broadens the theoretical and political horizons of the profession, by articulating the confrontation of violence against women with Social Work's historical commitment to social transformation and the valorization of life.

Keywords: Social Work and the Confrontation of Violent Masculinity: An Analysis in Light of Social Reproduction Theory

INTRODUÇÃO

As múltiplas manifestações da violência contra as mulheres expressam uma contradição estrutural da sociedade capitalista, racista e patriarcal (SAFFIOTI, 2010). Embora a lógica do capital apresente a ideia de que a violência se restringe à esfera individual e moral, na realidade suas raízes são um produto histórico das relações sociais marcadas pelo patriarcado, racismo e dominação masculina. Nesse contexto, a masculinidade hegemônica não é uma escolha subjetiva ou uma anomalia, mas uma forma de sociabilidade fabricada na articulação entre capital e patriarcado, que produz e reproduz as relações de poder, tratando a violência contra mulheres como fruto das relações pessoais, ao passo que naturaliza a superioridade dos homens e a submissão das mulheres. Assim, compreender a masculinidade hegemônica demanda uma análise que vá além do comportamento individual e que a situe como expressão da questão social, articulada aos processos de exploração e opressão que sustentam a totalidade social.

Embora os movimentos feministas tratem amplamente sobre a realidade das mulheres na sociedade, o debate acerca do enfrentamento da socialização violenta da masculinidade permanece incipiente no campo das teorias feministas, sobretudo quando se busca a articulação de uma perspectiva crítica que interprete tal assunto no contexto das relações sociais como parte constitutiva da dinâmica do capital. É nesse sentido que a Teoria da Reprodução Social oferece um instrumental analítico privilegiado, ao compreender que a construção das masculinidades e a violência, articulada com as relações de gênero, longe de se constituírem em esferas autônomas, integram o processo de reprodução material e simbólica da vida social, sendo fundamentais para a manutenção do sistema capitalista e da ideologia patriarcal.

Nesse sentido, o Serviço Social tem uma posição estratégica ao intervir com as expressões da violência contra as mulheres e no enfrentamento da masculinidade tóxica, seja por meio de políticas públicas, seja no atendimento de mulheres em situação de violência ou homens autores de agressão. Essa inserção exige uma base teórica consistente, capaz de articular a dimensão ética e política do projeto profissional, com a crítica às determinações estruturais que produzem e reproduzem violências. Desse modo, trabalhar com a temática da socialização violenta da masculinidade, com base na Teoria da Reprodução Social, pode auxiliar na criação de estratégias efetivas de enfrentamento dessas violências, ancorado em fundamentos que desvelem a base social e histórica da dominação masculina.

Com base nessa problematização, o presente artigo tem como objetivo analisar as possibilidades e os limites do enfrentamento da violência na socialização da masculinidade pelo Serviço Social à luz da Teoria da Reprodução Social. Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa teórico-bibliográfica, ancorada no materialismo histórico-dialético e em referenciais feministas baseadas no pensamento marxiano. O percurso analítico organiza-se em três eixos: (1) a socialização violenta da masculinidade e suas determinações históricas; (2) as contribuições da Teoria da Reprodução Social para o debate de gênero; e (3) o papel do Serviço Social no enfrentamento da masculinidade hegemônica. Pretende-se, assim, contribuir para o fortalecimento de uma leitura teórica e profissional capaz de desvelar as bases materiais da dominação masculina e reafirmar o compromisso do Serviço Social com a emancipação humana e a superação das desigualdades estruturais.

PATRIARCADO E A FORMAÇÃO DAS MASCULINIDADES

Engels avaliou a evolução da sociedade a partir das formas de sobrevivência e desenvolvimento do trabalho necessário para suprir as necessidades básicas. Na obra “A origem da família, da propriedade privada e do Estado” (2019) o autor faz uma análise materialista da opressão de gênero, articulando as três esferas como instituições historicamente constituídas. Segundo o autor, “A derrubada do direito

materno representou a derrota do sexo feminino no plano da história mundial” (ENGELS, 2019, p. 75) passando ao homem o direito paterno, bem como o surgimento da propriedade privada a base da opressão das mulheres. A família monogâmica e o Estado emergem como instituições voltadas à preservação da propriedade e da dominação masculina, transformando a mulher em instrumento de reprodução e herança. A violência simbólica e material que acompanha essa transição é a base histórica do patriarcado, evidenciando que a subordinação feminina possui raízes econômicas e sociais, e não biológicas.

Essa forma de família evidencia a transição do casamento do par para a monogamia. A fim de assegurar a fidelidade da mulher e, portanto, a paternidade dos filhos/filhas, a mulher é submetida incondicionalmente ao poder do homem: quando ele a mata, está apenas exercendo seu direito (ENGELS, 2019, p. 76).

Engels demonstra que a subordinação das mulheres não é natural, mas decorre da transformação das relações de produção e da emergência da propriedade privada, quando a família monogâmica se consolida como instrumento de transmissão patrimonial e de controle da sexualidade feminina. O autor inaugura uma crítica materialista à família e à opressão das mulheres: demonstra que ambas são históricas e derivam da transformação das relações de produção. A passagem do direito materno ao paterno, associada à propriedade privada, marca a “derrota histórica do sexo feminino”. O patriarcado deixa de ser natural e passa a ser compreendido como estrutura econômica e política.

Contudo, autoras como Saffioti (2010), Federici (2004) e Tithi Bhattacharya (2023) também utilizam a base teórica dialético-crítica de Marx e aprofundam os estudos de Engels para dialogar com temas como a opressão contra as mulheres e compreender esses fenômenos a partir de suas bases históricas e sociais. As autoras inserem o patriarcado como uma estrutura coextensiva ao capitalismo, definem o corpo feminino como território da acumulação capitalista, o trabalho doméstico e reprodutivo como base material da reprodução do capital e a reprodução social como totalidade que integra gênero, raça e classe.

A tabela abaixo evidencia as principais ideias de Engels e das principais autoras feminista sobre como a apropriação do corpo feminino é útil para a manutenção do capital:

Tabela 1- Articulações teóricas entre Engels e as principais autoras
BASE TEÓRICA DE ENGELS E DAS PRINCIPAIS AUTORAS FEMINISTAS

Aspecto	Engels	Saffioti	Federici	Bhattacharya
Origem da opressão feminina	Propriedade privada e controle da herança	Rearticulação patriarcal no capitalismo	Violência e disciplinamento dos corpos	Reprodução social global e interseccional
Família	Unidade econômica de transmissão patrimonial	Espaço político de poder masculino	Núcleo de dominação do corpo e da sexualidade	Campo de luta e resistência
Trabalho doméstico	Secundário, mas parte da desigualdade	Invisibilizado e estruturante do capitalismo	Base da exploração e colonização feminina	Núcleo estratégico de resistência
Emancipação	Abolição da propriedade privada	Libertação articulada entre gênero e classe	Reapropriação do corpo e do comum	Luta feminista como luta de classes ampliada

Fonte: Diagramado pela autora

Essas autoras utilizam o cotidiano das mulheres para evidenciar como o patriarcado é estruturante e favorável para a manutenção do capitalismo, juntando com fatores como a raça, mostram como as exclusões sociais se apresentam de forma “natural”. Saffioti (2010) amplia as ideias de Engels ao demonstrar que a dominação masculina é uma forma de poder político que se converte em força produtiva dentro da economia capitalista. Para ela, o patriarcado não desaparece com o capitalismo, mas se rearticula dentro dele, assumindo novas formas naturalizadas com base na “natureza” feminina. Ela explica como os sujeitos, seja homem ou mulher, são socializados a crer na “inferioridade” da mulher (SAFFIOTI, 2010, p. 14), baseando-se na ideia de que o trabalho doméstico é intrínseco às mulheres e, mesmo que sejam remuneradas em um trabalho externo, este é visto como um auxílio, um complemento ao salário masculino. Desse modo, para a autora, o trabalho doméstico feminino, não remunerado e invisibilizado, é condição para a reprodução da força de trabalho — sem ele, o sistema não se sustentaria. Saffioti situa a opressão feminina na atualidade como o centro da acumulação contemporânea, além disso, também denuncia a masculinidade tóxica e a violência

contra as mulheres como uma estrutura de dominação, vinculada ao poder masculino sobre os corpos e os afetos (SAFFIOTI, 2004, p. 159).

Federici (2004) demonstra que a caça às bruxas e a disciplinarização dos corpos femininos foram condições para a consolidação do capitalismo. O corpo da mulher foi transformado em máquina de reprodução da força de trabalho. Diferentemente de Engels, que enfatiza a transição estrutural, Federici expõe a dimensão violenta e sexualizada da imposição do patriarcado. Outro ponto relevante é que as caças às bruxas foram essenciais para destruir as formas de sociabilidade comunitária e autonomia feminina, a chamada “acumulação primitiva” teve como base a expropriação do corpo e do saber reprodutivo das mulheres, bem como a divisão sexual do trabalho foi imposta através de terror e coerção (FEDERICI, 2004, p. 423-424), contradizendo a ideia de Marx de uma “consequência natural” do desenvolvimento econômico. Para Federici, o corpo feminino foi transformado em uma máquina reprodutiva e domesticado pela moral sexual (FEDERICI, 2004, p. 427), tornando-se o primeiro território de colonização do capital.

Bhattacharya (2023) compreende a reprodução social como uma totalidade, integrando gênero, classe e raça. Segundo a autora, a opressão das mulheres não é periférica, mas mecanismos de organização global da força de trabalho, enfatizando a luta feminista como uma luta de classes ampliada e o cuidado como um campo estratégico de resistência, situando a reprodução social no centro das lutas contemporâneas. Para ela, é necessário realizar uma leitura social integradora, considerando a natureza dupla do trabalho abstrato- trabalho doméstico, educação, saúde, cuidado e reprodução- ao passo que ele “deve dominar a produção [...] jamais deve incorporar totalmente o trabalho concreto” (BHATTACHARYA, 2023, p. 197). Ou seja, mesmo que o capitalismo tente se apropriar completamente do trabalho destituído da subjetividade, ele esbarra na dependência do trabalho concreto vivo, sendo assim, o corpo- a atividade humana- “ultrapassa a abstração mesmo quando é dominado por ela” (p. 197). Nesse sentido, a resistência das mulheres, especialmente as mais pobres e racializadas, é um foco estratégico da luta de classes e não são esferas separadas ou paralelas, mas pertencentes ao mesmo sistema de reprodução social, devendo ser analisadas em sua totalidade.

A leitura crítica dessas autoras demonstra que a dominação masculina é atual e predominante, um dispositivo funcional à acumulação contemporânea. Ela também amplia o horizonte da luta política pela emancipação das mulheres. Além disso, tal luta não se reduz à igualdade jurídica, mas exige a transformação constante da forma como a vida é produzida e reproduzida.

TEORIA DA REPRODUÇÃO SOCIAL: FUNDAMENTOS PARA O DEBATE DE GÊNERO

A Teoria da Reprodução Social (TRS) é uma metodologia de análise que relaciona o pensamento marxiano e o feminismo para explicar como o sistema capitalista em sua totalidade se encontram ou divergem das análises que esse sistema reproduz, como gênero e raça (BHATTACHARYA, 2023, p. 22). Essa metodologia recusa a ideia de avaliar tais categorias de forma isolada, mas sim como essas relações se entrelaçam com o modo de produção capitalista.

A TRS emerge no interior do marxismo feminista como uma resposta à necessidade de integrar o trabalho reprodutivo à análise da produção capitalista. Inspirada nas formulações de Marx sobre o processo de reprodução do capital, essa perspectiva redefine a compreensão das relações entre economia, gênero e poder. Além disso, também propõe que a reprodução da vida — material e social — é parte constitutiva do modo de produção capitalista, e não um elemento exterior a ele.

O conceito de reprodução social parte da constatação de que a transição do feudalismo para o capitalismo remodelou a estrutura familiar, dividindo o trabalho em produtivo e reprodutivo (PEREIRA, 2025, p. 3-4). Sendo assim, para que o sistema capitalista se mantenha é necessário, além da produção de mercadorias, a reprodução constante da força de trabalho (alimentação, cuidado, educação, saúde e trabalho doméstico), atividades desenvolvidas, em grande parte, por mulheres de forma não remunerada ou não paga, dentro da esfera doméstica ou de serviços precarizados.

Esse método de análise oferece uma chave de leitura muito importante para o debate de gênero ao demonstrar que as relações entre homens e mulheres são

estruturadas pelo modo de produção e reprodução da vida social. O gênero, nesse sentido, não é apenas uma categoria cultural ou identitária, mas um eixo material de organização da força de trabalho.

Fraser (2024) analisa as esferas pública e privada da vida social ao discutir a crise contemporânea da reprodução social. Para ela, o neoliberalismo intensificou a contradição entre a acumulação de capital e a sustentação da vida, transferindo para as mulheres e para o Estado as responsabilidades antes socialmente compartilhadas. Essa crise se manifesta na sobrecarga feminina, uma vez que “A masculinidade é, em grande parte, uma questão de sair de casa todos os dias para um local de trabalho remunerado e regressar com um salário que sustente os dependentes” (FRASER, 2024, p. 52). Por esse motivo, essas diferenças no trabalho de homens e mulheres, associando os homens ao trabalho oficial e remunerado, confirma o caráter masculino desse papel, um espaço dominado por homens. Em contrapartida, as atribuições domésticas e tudo que se relaciona à elas, são destinadas às mulheres como parte integrante do cuidado não remunerado da família. Contudo, a autora infere que as mulheres participam do modo de produção capitalista de modo diferente, através de serviços “feminilizados” e “sexualizados” (p. 53), como membros de “profissões de ajuda”.

Nesse sentido, a TRS apresenta que a classe trabalhadora, segundo Bhattacharya (2023), não se limita aos que vendem sua força de trabalho nas fábricas ou escritórios, mas inclui também aqueles e aquelas cuja reprodução possibilita a existência da força de trabalho. Assim, a dona de casa, a cuidadora, a trabalhadora doméstica, a educadora, entre outras profissões associadas ao cuidado, integram o processo de reprodução da classe, e sua exploração é fundamental à manutenção da ordem capitalista.

Por esse motivo a TRS busca compreender a reprodução social como uma totalidade social, isto é, um campo que articula produção, reprodução e subjetivação. Essa totalidade não é harmônica, mas atravessada por contradições estruturais entre o valor econômico e o valor da vida. Saffioti (2013) antecipa parte dessa crítica ao demonstrar que o patriarcado e o capitalismo se articulam em uma relação de co-determinação, produzindo o que a autora chama de “sistema de dominação-exploração”. Essa categoria se aproxima do que Bhattacharya define

como opressões estruturais — mecanismos sociais que garantem a reprodução hierárquica das relações de classe, gênero e raça.

Arruzza e Bhattacharya (2023) também evidenciam a reprodução geracional da força de trabalho, ou seja, a reprodução biológica de novas trabalhadoras e trabalhadores. Contudo, de acordo com as autoras, a reprodução geracional da força de trabalho vai além da esfera biológica. As trabalhadoras e trabalhadores também precisam se reproduzir diariamente, repondo sua força física, mental e psicológica, assim, tal reprodução implica na socialização de novas forças de trabalho, independente da possibilidade de se inserirem no mercado de trabalho ou não.

Ao recentralizar a opressão na análise da classe, a TRS desloca o debate de gênero de um enfoque identitário para uma crítica estrutural das condições materiais da desigualdade. O gênero, nessa concepção, não é apenas uma construção simbólica, mas uma forma social de organizar o trabalho e o poder.

A Teoria da Reprodução Social resgata o potencial revolucionário do feminismo marxista ao recolocar a reprodução da vida no centro da crítica social. Ao remapear a classe e recentralizar a opressão, essa teoria revela que a emancipação das mulheres — e, por extensão, de toda a classe trabalhadora — exige a superação da lógica que subordina o cuidado, o corpo e a vida ao lucro.

A TRS, portanto, permite compreender que a masculinidade hegemônica é, por vezes violenta, não se tratando de um desvio moral, mas um fenômeno socialmente produzido, imposto pelas desigualdades entre gênero, raça e classe, ligado à lógica da reprodução social e à necessidade de manter as mulheres subordinadas nas esferas doméstica e pública. As tarefas atribuídas às mulheres, tanto no lar quanto nos serviços de cuidado, garantem a reprodução da força de trabalho, mas também reproduzem a desigualdade simbólica e material entre os sexos.

SERVIÇO SOCIAL E O ENFRENTAMENTO DA REPRODUÇÃO VIOLENTA DA MASCULINIDADE: DESAFIOS TEÓRICO-PRÁTICOS

A problematização da reprodução violenta da masculinidade, no âmbito do Serviço Social, requer situar a profissão dentro das contradições estruturais do capitalismo patriarcal, em que as relações de gênero assumem papel fundamental na reprodução da força de trabalho e das hierarquias sociais. A violência masculina contra as mulheres deve ser compreendida como expressão da reprodução social das relações de dominação, fundada na articulação entre patriarcado, capital e Estado.

A reflexão sobre as masculinidades no âmbito do Serviço Social reveste-se de grande relevância, sobretudo por se tratar de uma profissão historicamente feminizada, associada ao campo do cuidado e voltada majoritariamente ao atendimento de mulheres em situação de vulnerabilidade. Como observa Marilda Iamamoto (2008), a inserção do Serviço Social nas contradições da “questão social” o coloca em um espaço de mediação entre as necessidades de reprodução da força de trabalho e as políticas de proteção social, o que o aproxima das atividades reprodutivas socialmente atribuídas às mulheres.

Essa configuração reforça a divisão sexual do trabalho no interior da própria profissão, conferindo-lhe um caráter de “trabalho de cuidado” desvalorizado, conforme analisa Cisne (2018). Entretanto, é justamente essa posição, simultaneamente produtiva e reprodutiva, de acordo com a TRS, que possibilita ao Serviço Social realizar uma problematização crítica das violências de gênero e das formas de masculinidade que as sustentam. Ao reconhecer que o cuidado é também um campo de disputa política, permeado por relações de poder e desigualdade, a categoria profissional pode tensionar para que haja a desnaturalização da violência e auxiliar a promover práticas emancipatórias. Nessa direção, como destaca Bhattacharya (2023), a reprodução social é um terreno de luta, e compreender a reprodução violenta da masculinidade como parte dessa dinâmica torna-se condição necessária para construir intervenções que articulem o enfrentamento à violência com a transformação das relações sociais de gênero e de classe.

Do ponto de vista metodológico, a problematização da reprodução violenta da masculinidade insere-se na necessidade de revisitar criticamente os fundamentos teórico-políticos da profissão, sobretudo no que tange à formação e às práticas profissionais orientadas pelo projeto ético-político do Serviço Social. Esse projeto, ao

afirmar a defesa intransigente dos direitos humanos, da liberdade e da equidade social, demanda que a categoria reconheça a violência de gênero não apenas como expressão da questão social, mas como mecanismo estruturante da reprodução das desigualdades.

Nesse sentido, a ausência de um debate sistemático sobre as masculinidades na formação acadêmica evidencia uma lacuna teórica e política que precisa ser enfrentada. Conforme argumentam Cisne e Santos (2018), incorporar a perspectiva feminista marxista à formação e à prática do Serviço Social é condição para compreender as múltiplas determinações da opressão de gênero e da violência patriarcal. Assim, refletir sobre a reprodução violenta da masculinidade não significa deslocar o foco das mulheres, mas ampliar o horizonte crítico da profissão, permitindo que o Serviço Social atue tanto na proteção das vítimas quanto na desconstrução dos padrões sociais que sustentam a dominação masculina.

Para Cisne e Santos (2018), a compreensão da violência de gênero requer articular a opressão das mulheres às formas de construção das masculinidades, de modo a romper com a leitura liberal que reduz o fenômeno à moralidade individual. A incorporação dessa discussão à formação profissional contribui, portanto, para consolidar uma práxis transformadora, coerente com a leitura materialista da realidade social e comprometida com a emancipação humana.

Para que isso ocorra, é urgente a necessidade de incluir o debate das masculinidades nos currículos acadêmicos. A Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) pode instituir, no âmbito das Diretrizes Curriculares da Formação em Serviço Social, a inclusão explícita de conteúdos voltados à crítica das masculinidades hegemônicas, com base na TRS e nas contribuições do feminismo marxista. O documento de Orientações para o Trabalho de Conclusão de Curso (ABEPSS, 2019), reafirma que a formação deve preparar o estudante para interpretar criticamente as contradições sociais. Incluir o estudo das masculinidades é coerente com esse princípio.

Nesse sentido, o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) pode desenvolver campanhas públicas e notas técnicas voltadas à conscientização sobre a reprodução violenta da masculinidade e seus impactos nas relações profissionais e institucionais, bem como sobre a necessidade de políticas voltadas ao trabalho com

homens autores de violência. A ABEPSS e o CFESS, em conjunto com programas de pós-graduação e núcleos de pesquisa, podem fomentar investigações empíricas e teóricas sobre o papel do Serviço Social no enfrentamento da reprodução violenta das masculinidades, suas mediações com o patriarcado e o trabalho com homens autores de violência contra mulheres.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A reflexão proposta ao longo deste estudo evidenciou que a reprodução violenta da masculinidade é hegemônica e constitui uma expressão complexa e estruturante das relações sociais de gênero, articulada às contradições entre produção e reprodução social na sociabilidade capitalista. A partir das contribuições das e dos autoras/es, compreende-se que a violência masculina contra as mulheres está intrinsecamente vinculada à estrutura da sociedade de classes e à divisão sexual do trabalho, reafirmando a necessidade de analisá-la como fenômeno político, econômico e ideológico.

Nesse cenário, o Serviço Social possui centralidade por atuar no campo da reprodução social. A profissão, historicamente feminizada e associada ao trabalho do cuidado, pode intervir nas múltiplas expressões da violência contra as mulheres, mas ainda carece de referenciais teóricos e metodológicos para compreender criticamente o fenômeno da masculinidade violenta e suas implicações para o exercício profissional.

O enfrentamento da masculinidade hegemônica, nos moldes atuais exige, portanto, ações articuladas entre teoria, formação e política profissional. As entidades representativas da categoria — CFESS e ABEPSS — têm um papel fundamental nesse processo, ao promoverem a incorporação do tema em suas diretrizes, campanhas e produções, reafirmando o compromisso histórico da profissão com a defesa intransigente dos direitos humanos e com a luta contra todas as formas de opressão. Inserir a crítica às masculinidades hegemônicas na agenda da categoria é reconhecer que a emancipação das mulheres e a superação da violência de gênero dependem também da transformação dos modos de ser e de existir dos homens na

sociedade contemporânea.

Assim, a análise desenvolvida nesta pesquisa aponta para a necessidade de um projeto formativo e interventivo do Serviço Social que articule o enfrentamento da violência de gênero com a crítica à sociabilidade capitalista-patriarcal. Com base na Teoria da Reprodução Social, compreende-se que a emancipação humana exige a reorganização material e simbólica das relações entre os sexos e das condições de reprodução da vida. A/o assistente social, enquanto intelectual e trabalhador inserido nas contradições do capital, possui potencial para desvelar as raízes estruturais da masculinidade, tensionar as respostas institucionais limitadas e fomentar práticas educativas, reflexivas e coletivas que promovam a ressocialização e a equidade.

Conclui-se, portanto, que refletir sobre a relação entre o trabalho com homens autores de violência contra mulheres e a formação da/do assistente social não é apenas uma necessidade teórica, mas uma tarefa política e ética da profissão. O fortalecimento dessa perspectiva crítica contribui para consolidar um Serviço Social comprometido com a transformação das relações sociais, com a valorização da vida e com a construção de uma sociedade livre de opressões.

REFERÊNCIAS

ABEPSS. **Orientações para o Trabalho de Conclusão de Curso em Serviço Social**. Brasília: ABEPSS, 2019.

ARRUZZA, Cinzia. BHATTACHARYA, Tithi. **Teoria da Reprodução Social: elementos fundamentais para um feminismo marxista**. ISSN Eletrônico: 2316-1329. Contemporânea, v. 13, n. 2 p. 619-651, Maio- Ago. 2023. Disponível em: <<https://www.contemporanea.ufscar.br/index.php/contemporanea/article/view/1258>> Acesso em 29 de outubro de 2025.

BHATTACHARYA, Tithi. **Teoria da Reprodução Social: remapeando a classe, recentralização da opressão/** Tithi Bhattacharya; tradução Juliana Penna.- São Paulo: Elefante, 2023.

CISNE, Mirla. SANTOS, Silvia Mara Morais dos. **Feminismo, diversidade sexual e Serviço Social**. Biblioteca Básica de Serviço Social. São Paulo: Cortez, 2018.

ENGELS, Fredrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado: em conexão com as pesquisas de Lewis H. Morgan** / Friedrich Engels ; tradução Nélio Schneider. - 1. ed. - São Paulo: Boitempo, 2019.

FEDERICI, Silvia. **O Calibã e a Bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. Tradução do Coletivo Sycorax. 2004.

FRASER, Nancy. **Destinos do feminismo : do capitalismo administrado pelo estado à crise neoliberal** / Nancy Fraser; tradução Diogo Fagundes. - 1. ed. - São Paulo : Boitempo. 288 p. ; 2024.

IAMAMOTO, Marilda V. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. São Paulo: Cortez, 2008.

PEREIRA, Maíra Carvalho. **Mecanismos da opressão do gênero feminino: a interconexão entre produção e reprodução social**. Universidade Federal do Rio de Janeiro- UFRN. São Paulo: Serviço Social e Sociedade, v. 148. p. 1-20. 2025. Disponível em:
<<https://www.scielo.br/j/sssoc/a/8gwSZZBBsYn8WbkZnqMjGMm/?format=html&lang=pt>> Acesso em 29 de outubro de 2025.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SAFFIOTI, Heleieth. 1987- **O poder do macho**. São Paulo: Moderna, 2010.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade**. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

Lisiane Pinto Correia

Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Especialista em Saúde Mental pelo Programa de Residência Multiprofissional em Saúde da Universidade Franciscana (UFN). Mestranda no Programa de Pós-graduação em Serviço Social e Políticas Públicas pela UFSM. Bolsista CNPq.

Laura Regina Câmara Maurício da Fonseca

Doutora em Serviço Social, pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Mestre em Política Social pela Universidade de Brasília - UnB. Bacharel em Serviço Social, pela Sociedade Unificada de Ensino Superior Augusto Motta - SUAM/ Universidade Estadual do Rio de Janeiro- UERJ. Professora Associada III - Classe D, na Universidade Federal de Santa Maria – UFSM no Departamento de Serviço Social. Líder do Grupo de Pesquisa em Gênero, Políticas Públicas e Serviço Social/CNPq. Coordenadora do Núcleo de Ensino, Pesquisa e Extensão em Gênero, Políticas Sociais e Movimentos Sociais (Hegemônicas). Atua na Pós-graduação, integrando o corpo docente dos Cursos de Mestrado em Serviço Social e Políticas Públicas, da Especialização em Estudos de Gênero e da Residência Multiprofissional em Saúde da UFSM.